



ATA DE REUNIÃO

2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE GESTÃO DO USO SUSTENTÁVEL DE LAGOSTAS - CGSL

PERÍODO: 21 de maio de 2009.

LOCAL: IBAMA/Sede - Brasília/DF.

A DBFLO/IBAMA promoveu a 2ª reunião extraordinária do CGSL sob a coordenação da CGFAP/DBFLO, com a participação de representantes da DIPRO/IBAMA, CEPENE/ICMBio, da SUPES/IBAMA/RN e representantes do MMA, da SEAP/PR-Brasília, e representantes da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores - CNPA, Comissão Pastoral dos Pescadores - CPP, Movimento Nacional dos Pescadores - MONAPE, Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca - CONEPE, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Pesca de Belém - SINDIPESCA, Sindicato dos Patrões de Pesca dos Estados do Pará e Amapá – SINPPA e Instituto TERRAMAR, conforme lista de participantes. (Anexo I).

I – ABERTURA E APROVAÇÃO DA PAUTA

A reunião foi aberta pelo Coordenador da COOPE, Clemeson Pinheiro, que deu as boas vindas aos participantes e em seguida passou a palavra para o Diretor da DBFLO. José Humberto Chaves, fez uma breve consideração e sugeriu aos participantes que se apresentassem. Em seguida, passou a palavra para o Coordenador, Clemeson Pinheiro, que continuou a reunião.

O Coordenador da COOPE/CGFAP, Dr. Clemeson Pinheiro, e fez uma leitura da pauta da reunião sendo aprovada por todos. Explicou que a reunião não seria extensa pois era uma continuidade da reunião passada, em que a ênfase seria discutir o aumento, ou não, do limite de esforço de pesca (número de embarcações/covos).

Clemeson explicou as normas para a condução da referida reunião e disse que todos teriam direito ao uso da palavra, bem como respeito a fala do outro.

II – ANTECEDENTES:

Esta reunião extraordinária foi acordada na 11ª Reunião do Comitê de Gestão do Uso Sustentável de Lagostas/CGSL ocorrida nos dias 28 e 29 de abril de 2009 e tem, como principal ponto de pauta, a discussão sobre o aumento, ou não, do limite de esforço de pesca (número de embarcações/covos), já definido em legislação específica, para operar na captura de lagostas, ainda na temporada de 2009. Além de discutir os encaminhamentos e as recomendações decorrentes da medida.

O esforço de pesca para a captura de lagostas considerado sustentável é de 30 milhões de covos-dia. Ao estabelecer esse limite em norma específica foi admitido um número excedente de 10 milhões de covos-dia, que deverão ser retirados nos próximos dois anos. E para essa reunião a proposta é de aumentar o esforço de pesca da captura de lagostas, em mais 10 milhões de covos-dia.

Iniciando os trabalhos, Clemeson Pinheiro, sugeriu a apresentação da proposta do Setor Produtivo quanto ao tema.

René Sharer, do Instituto TERRAMAR, foi escolhido, por seus pares, para apresentar a proposta conjunta das Entidades, quais sejam: Instituto Terramar, MONAPE, CPP/CE, CNPA, SINPPA/PA e SINDIPESCA/PA.

René apresentou um Relatório da Reunião do Setor Artesanal da Pesca de Lagostas, ocorrida em Fortaleza/CE, no dia 8 de maio de 2009. (Anexoll).

Participaram da citada reunião:

CNPA - Abraão Lincoln, SINPPA/PA - Edvaldo Lopes Gonçalves, SINDIPESCA/PA - Pedro Alzires de Miranda, CPP - Ormezita Barbosa de Paulo, MONAPE - José Alberto Ribeiro de Lima, e TERRAMAR - René Scharer. O representante do SINDIPESCA/PA - José Maria Veras, SINDFRIO/CE, não se fez presente.

Estavam presentes, também, 1 (um) representante da cada entidade membro do CGSL, o moderador da reunião foi o Prof. Dr. Luis Parente Maia e como ouvintes estavam: Benimar de Oliveira Barbosa, da CPP e Raimundo Felix Rocha, da Federação dos Pescadores do Ceará.

De acordo com o relatório, nas discussões, conforme contido no item "A", foi considerado que: "O esforço de pesca foi calculado e dimensionado em 40 (quarenta) milhões de covos/ano e que considerava como aspectos principais o número de dias de cada pescaria. Considerando que o defeso da lagosta foi aumentado em 2 (dois) meses, o que significa uma redução significativa do esforço total, o setor produtivo da lagosta acima identificado e presente na reunião decidiu por unanimidade que":

"Qualquer aumento ou substituição de esforço de pesca, incluindo os 10 (dez) milhões de covos/ano discutido na última reunião do Comitê de Gestão do Uso Sustentável de Lagostas (CGSL) e outros covos resultando da cassação de permissões de pesca (infrações/não renovação) a alocação deverá ser de acordo com o esforço disponível (covos/ano) em proporção de 45% (quarenta e cinco por cento) para frota a vela e 55% (cinquenta e cinco por cento) para barcos motorizados. Com prioridade para barcos que foram indeferidos nas suas respectivas categorias em 2007 proporcionalmente ao número de permissões existentes por estado onde o esforço é disponível e no caso da realocação por estado onde foi cassada a licença. A definição dos critérios e prazos deverá ser construída dentro do CGSL".

Resumindo, de acordo com as discussões ocorridas na reunião do Ceará, a proposta consensuada pelo Setor Artesanal da Pesca de Lagostas foi de que:

45% do esforço disponível (covos/ano) na pesca de lagostas deve ser para barcos a vela e os outros 55% do esforço disponível (covos/ano) na pesca de lagostas, deve ser para barcos motorizados.

René Schärer apresentou, ainda, para serem discutidas no CGSL, uma série de propostas para garantir a gestão da pesca das lagostas e que seria de consenso do Instituto Terramar, CPP e MONAPE. As propostas estão descritas no relatório da citada reunião.

III - SÍNTESE DAS DISCUSSÕES:

O Coordenador da reunião, Clemeson Pinheiro, abre os debates aos participantes e inicia as inscrições para as perguntas.

1- Karim Bacha da SEAP/PR, diz que : Recebi o documento do René, concordo e um ponto fundamental foi o aumento proporcional do esforço de pesca e a revisão do número de permissões.

2- Abrahão Lincoln, da CNPA, falou que: as colocações feitas por Karim eram exatamente o que eu gostaria de falar. René leu a nossa posição é esta. A nossa parte está pronta.

3- Antônio Clerton Pontes, CEPENE/ICMBio, disse que: em relação ao documento apresentado pelo René, não fica claro qual a posição do grupo. E comentou: pelo que se observa a crise da lagosta é séria no Estado do Ceará e não podemos perder a oportunidade de encaminhar alternativas.

4- José Aberto Ribeiro, do MONAPE, diz que: pautado, o problema é maior do que imaginávamos. Concordo com o esforço de mais 10 milhões de covo/dia. O maior problema é a pesca do compressor e de rede de caçoeira. E medidas tem que ser tomadas, pois dá para avançar. Isto é o que o Movimento defende. Diz, ainda, que nós fomos enganados por alguns companheiros. Finaliza, dizendo que tem que ter critérios para as licenças.

5- Alvamar Queiroz, IBAMA/SUPES/RN diz que: diante das colocações do René quero mais esclarecimentos sobre o relatório. Temos que buscar alternativas mais concretas.

Clemeson Pinheiro faz uma intervenção e solicita ao Alvamar Queiroz que explique melhor a reunião ocorrida em Areia Branca/RN, com 6 donos de barcos que podem ser considerados grandes armadores, tem licenças, querem moratória e continuam pescando com o uso de redes de caçoeira.

6- Abrahão disse que a reunião em Areia Branca/RN pediu uma moratória para a pesca de lagostas. Disse que os 6 proprietários de barcos estão insatisfeitos, mas tem licença por isso eles não se preocupam com os demais.

7- Márcio, de Luiz Correia, no Piauí, perguntou: se alguém que estava na reunião tinha o número do esforço de pesca atualizado? E respondeu que, nós não temos o número da ilegalidade. Falou que tem muito mais milhões de covos no mar que os 40 milhões de covos-dia. Declarou que em Luiz Correia/PI estão pescando irregular sem permissão. Questionou novamente se não vamos aumentar o limite? E disse que hoje temos 10 milhões de pescadores ilegais, e se vier o aumento do limite, os pescadores serão integrados à pesca e serão legais.

8- Clerton esclareceu que: o esforço de pesca é de 40 milhões de covo/dia, mas com esforço de 30 milhões de covo/dia, pode ser rentável e é nesse sentido que nós temos que trabalhar, ou seja, no sentido de diminuir e não de aumentar o esforço de pesca dessa pescaria.

9- Edvaldo Lopes Gonçalves, do SINPPA/PA, comentou que: a resposta de Clerton é só matemática e se fizer uma regra de três simples, dá para ver que se o defeso aumentou em 3 meses dá para aumentar o número de covos-dia.

10- Ormezita Barbosa de Paulo, da CPP/CE, disse que: a proposta de aumento de 10 milhões de covos-dia, não foi apresentada pelo Setor Produtivo e que o Governo deve apresentar suas propostas.

11- Reginaldo, da SUPES/IBAMA/ES, disse que: a fiscalização é um instrumento de gestão e não uma solução. E que o setor tem que se organizar.

12- José Alberto, disse que os pescadores tem como provar que já estavam dentro da pesca da lagosta. Nós somos responsáveis pela segurança alimentar, nós não somos bandidos. Não aceitamos sermos considerados assim.

13- Karim falou que, era preciso relativizar as palavras do Alvamar, pois não tem como considerar que o documento de Areia Branca/RN não é legítimo. Acrescenta que o documento carece de melhor fundamentação. Disse que as cassações de permissão dependem de procedimentos administrativos.

Disse, Karim, ter ficado claro na fala do José Alberto a questão do aumento do esforço de pesca e, nesse sentido acho que tem que aumentar o esforço. Em resposta a Ormezita, declarou que a proposta do aumento de esforço de pesca foi do Setor Produtivo.

14- José Alberto, afirmou que o setor quer o aumento do esforço de pesca para a lagosta em mais 10 milhões de covos-dia.

15- Ormezita falou que foi o setor sim que propôs os 10 milhões. Vamos direto ao ponto. O setor se manifestou a favor dos 10 milhões.

16- Pedro Alzires de Miranda, do SINDIPESCA/PA, disse que: nós respeitamos o setor acadêmico/científico e por isso nós merecemos respeito. Nós fizemos uma proposta e esta é a nossa posição. Respeitem a nossa decisão de querer mais 10 milhões de covos/dia. Aguardamos as decisões do governo, mas respeitem as nossas decisões. Está claro que o setor se manifestou a favor dos 10 milhões de covos/dia. Foi decisão do trabalhador e tem que ser respeitada.

17- Ormezita Barbosa disse ou a gente tira as máscaras ou não vamos progredir. Está muito embolada a conversa. E complementou dizendo que a proposta de mais 10 milhões de covos/dia, foi da SEAP/PR. E que esta proposta não foi construída pelo setor ou junto com o setor.

18- Karim colocou que o anseio do setor produtivo foi materializado pela SEAP/PR em 10 milhões covos-dia.

19- René enfatizou que, em visita a Fortaleza, o Ministro Gregolim falou em aumentar o esforço para mais 10 milhões de covos-dia e do seu anseio de dar mais licenças para os pescadores de lagostas.

Disse que as questões importantes para o Terramar são: os pescadores que ficaram fora da pesca de lagostas em 2007, ou seja, os que foram indeferidos e os pescadores que vão sair pela crise econômica atual com a lagosta a R\$ 35,00/kg.

20- Abrahão fez uma proposta: hoje, 21 de maio de 2009, discutir os 10 milhões de covos-dia e faz outra reunião para discutir os outros pontos da pauta – Relatório do René, tudo sem estresse.

21- Karim, fechando as discussões disse que: sim, a proposta do Setor Produtivo foi que deve ser revisto o esforço de pesca.

Encerrada as discussões em torno da proposta do Setor Produtivo, Clemeson Pinheiro, encaminha para a apresentação, a proposta do Governo.

I - Roberto Ribas Galluci, do MMA, passou a apresentar a posição do MMA e do IBAMA, quanto a aumentar o esforço de pesca para o recurso pesqueiro lagosta:

Declarou que a posição do MMA é que neste momento não é possível o aumento do esforço de pesca. E indagou de onde vem os 10 milhões de covos-dia? Explicou que não é por deficiência de fiscalização que se justifica esse aumento e disse que consideramos a fiscalização imprescindível.

Ademais, este aumento de esforço de pesca coloca o Plano de Gestão de Lagostas em xeque. Diversas medidas devem ser discutidas sejam de consenso, ou não.

Dando continuidade, Clemeson convidou o representante da SEAP/PR.

II - Karim Bacha, apresentou a posição da SEAP/PR:

Karim disse que não há uma linha de divergência entre MMA e SEAP/PR. A nossa divergência é com relação ao tempo. O que nós defendemos não é diferente do IBAMA e sim, quanto ao fator tempo. O foco é muito forte na sustentabilidade do recurso, mas também na do pescador-atividade.

Esclareceu que a deficiência com relação a fiscalização não é só do Ibama e sim do Governo em geral e que em breve vai sair o decreto de impedimento.

Colocou que o setor necessita de permissões de pesca e nós temos que ajustar o número de permissões. Temos que discutir o número de permissões, ou não. Salientou que existem pescadores permissionados – ilegais e pescadores não permissionados ilegais. Os tempos são diferentes.

Finalizando, propôs o encaminhamento: Para definir a necessidade de aumento do esforço de pesca da lagosta, o governo se reúne, faz sua proposta e dá a sua posição.

Encerrada a apresentação da proposta da SEAP/PR, Clemeson Pinheiro iniciou as discussões:

1- Abrahão, disse concordar com o Karim, pois o setor lagosteiro está unido e o Setor do Governo não está. O setor do Governo tem que se reunir e se entender. E, clamando por equilíbrio, estabeleceu 48 horas para o governo se reunir!

Abrahão disse esperar que o setor honre a posição e que o governo se resolva.

2- José Alberto, salientou que quando for discutir na praia não colocar que é só para esta temporada. É pelo menos uns três meses. Mas tem um grupo que foi indeferido e que

deve ser resolvido. Este processo não se inicia agora, o nosso problema é a pesca de mergulho com compressor.

Disse que é o conjunto de propostas que vai resolver o problema da lagosta. E apresentou uma proposta alternativa:

Reduzir 20% de esforço de pesca das embarcações já permissionadas.

3- Clerton Pontes fez a pergunta que não quer calar: para o Eloy de Sousa, John Early (Fumacinha), José Alberto, dentre outros, se o povo da praia está feliz com essa situação?

4- Abraão disse que Dr. Clerton foi muito feliz na pergunta. Mas, o problema é a má qualidade da lagosta e o preço que está baixo. O responsável é o Ministério da Agricultura, pela queda do preço, pois a nossa lagosta é de quinta categoria.

5- José Alberto colocou que a pesca de lagostas para a frota a vela e pequenos barcos motorizados ainda é a principal fonte de recursos. E que os barcos motorizados estão com problemas e quem tem 1 barco tem um problema e se tem 2 barcos são dois problemas.

Segundo José Alberto a exceção é o barco motorizado de mergulho que vai se dar muito bem.

6- John Early falou que o verdadeiro pescador artesanal está na sua atividade e ele pesca para sobreviver. Os pescadores da Paraíba não saem de lá para pescar em outros estados.

7- René foi solicitado a prestar esclarecimentos sobre permissões de pesca.

Disse que para as permissões de 2007, o prazo estabelecido foi muito curto e algumas colônias não trabalharam para o permissionamento sair. As permissões foram dadas mas não atingiu a todos. Algumas permissões tem que se dá proporcionalmente divididas, não beneficiando nenhum estado, tem que ter critérios. No momento não há necessidade de barcos motorizados.

Colocou que “O Acordo de Fortaleza” de dividir o esforço de pesca entre barco a vela – 45% e barco a motor – 55% não prioriza estado da federação.

Ressaltou que:

No conjunto das pessoas indeferidas de 2007, tem:

- Os que fizeram curso e não foram recolocados em outras funções; e,
- Os permissionados que estão estudando como não pescar por causa dos prejuízos.

8- Karim pediu:

Questão de ordem – temos que focalizar o tema: 10 milhões de covos-dia.

Esclareceu que todas as respostas sobre os indeferidos do Estado do Ceará estão na SEAP-PR/CE e que as permissões foram todas concluídas. Disse que o Sebastião Saldanha, da SEAP/PR vai distribuir um CD com todas as decisões e encaminhamentos.

9- Pedro Alzires parabeniza a SEAP/PR na pessoa do Sr. Karim Bacha.

10- Abraão conclamou: Pessoal mais uma vez não vamos nos dispersar e vamos estabelecer uma agenda para 15 dias ou mais, pois temos que ter responsabilidade para agir. Tem gente aqui interessado em não resolver nada hoje.

Abraão ameaçou que se não voltassem para a pauta da reunião, a CNPA ia se retirar. O que ficou determinado na reunião de Fortaleza, foi 45% e 55% dos 10 milhões de covos-dia.

Disse que o combinado é que aqui na reunião do Comitê teria uma reunião entre os membros do setor produtivo para discutir a pauta. E pediu: Vamos esclarecer: Nós não decidimos nada. Decidimos uma reunião aqui. Não chegou a discutir a pauta.

12- José Alberto disse que o nosso entendimento é que, o defeso da lagosta aumenta e poderia aumentar o esforço de pesca. Pois, o direito de pescar está acima de tudo. E fez uma proposta: **Referendar a proposta do Setor.**

IV - ENCAMINHAMENTOS:

Karim/SEAP/PR:

I - Governo se reúne e decide sua posição com relação ao Comitê Gestor;

II - Pede esclarecimentos;

III - Estão dados os percentuais: barco a vela: 45% e barco motorizado: 55%;

IV - Diretrizes para permissionamentos; e,

V - A legislação é que define tudo.

2- Marcelo Amorim/IBAMA/DIPRO questiona:

10 milhões de covos-dia – como distribuir estes 10 milhões?

3- Karim/SEAP/PR responde:

Com o que já tem. Queremos discutir os critérios no CGSL. Temos que ser claros. É uma correção de esforço de pesca por força do defeso. Temos critérios para colocar.

4- René, aproveitou a ocasião e leu os critérios no CGSL.

5- Abraão disse que orçamento do IBAMA vai todo em reunião. E colocou que o governo se define até 2ª feira -25/05/2009 e na 3ª feira – 26/05/2009, define critérios.

6- Ormezita solicitou para não fazer a toque de caixa, precisa ter tempo.

7- Karim disse que todos os critérios estão numa normativa. Não se preocupem com os critérios. Antes dos critérios tem que definir o aumento do esforço de pesca.

8- Alvamar Queiroz/IBAMA/SUPES/RN falou: Entendo que se o governo aumentar o esforço de pesca, acaba com o Plano de Gestão.

9- Clemeson disse que o presidente do IBAMA vai receber um relatório com todas as posições discutidas aqui.

10- Abraão, para encerrar disse que a matemática só serve para o outro lado. Só no Subcomitê Científico do CGSL não pode. E que é uma piada o trabalho deste Subcomitê.

11- José Alberto pediu que se leve em consideração a proporção acordada pelo Setor Artesanal da Pesca de Lagostas, ou seja, dos 10 milhões de covos-dia: 45% para barco a vela e 55% para barco motorizado.

Acrescentou que o maior problema da pesca de lagosta é a quantidade de compressores operando. E que os critérios estão confusos e os pescadores foram prejudicados.

Disse que há entendimento do Setor e não há entendimento do governo.

12- Pedro Alzires disse que o Setor não quer prejudicar o Plano de Gestão de Lagosta.

Clemeson Pinheiro retomou a palavra, confirmou as decisões e os encaminhamentos acordados e encerrou a reunião agradecendo a participação de todos.

ANEXO I

LISTA DE PARTICIPANTES:

Nome	Instituição	Telefone	e-mail
Abraão Lincoln da Cruz	CNPA	(84) 8851-4030	fepern@gmail.com
Antônio Clerton de Paula Pontes	CEPENE/IBAMA	(81) 3676-1310	antonio.pontes@ibama.gov.br
Clemeson José Pinheiro da Silva	COOPE/CGFAP/DBFLO/	(61) 3316-1188	clemeson.silva@ibama.gov.br
Edvaldo Lopes Gonçalves	SINPPA	(91) 3227-2791	sinppa@iq.com.br
Elizabeth Lopes P. Fonseca	CGEAM DISAN IBAMA	(61) 3316-1193	elizabeth.fonseca@ibama.gov.br
Eloy de Sousa Araújo	MPA/Gabinete	(61) 3218-2846	eloy@seap.gov.br
Francisco Joéliton Bezerra	COOPE/CGFAP/DBFLO/	(61) 3316-1635	francisco-joeliton.bezerra@ibama.gov.br
Jacinta Oliveira Dias	COOPE/CGFAP/DBFLO/	(61) 3316-1228	jacinta.dias@ibama.gov.br
José Alberto de Lima Ribeiro	MONAPE	(85) 9622-1718	beto_pescador_prainha@yahoo.com.br
José Maria Veras Filho	CONEPÉ	(85) 3264-1778	sindipesca@sindipesca.com.br
Alvamar Queiroz	IBAMA/SUPES/RN	(84) 3201-5840	costa.queiroz@yahoo.com.br
Marcelo Amorim	CGFIS/DIPRO	(61) 3316-1092	marcelo.amorim@ibama.gov.br
Ormezitita Barbosa de Paulo	CPP	(85) 3238-8392	ormezitita@hotmail.com
Pedro Alzires de Miranda	SINDIPESCA/PA	(91) 3207-0944	sindipesca.pa@veloxmail.com.br
Roberto Gallucci	MMA/SBF	(61) 3105-2031	Roberto.gallucci@mma.gov.br
Sebastião Saldanha Neto	MPA/DICAP/COREG	(61) 3218-2860	ssaldanha@seap.gov.br

ANEXO II

RELATÓRIO DA REUNIÃO DO CGSL

08 DE MAIO 2009

INSTITUTO DE CIÊNCIAS DO MAR – LABOMAR

Fortaleza/CE

Participantes:

CNPA	Abraão Lincoln	_____
SINPPA	Edvaldo Lopes Gonçalves	_____
SINDIPESCA/PA	Pedro Alzires de Miranda	_____
CPP	Ormezita Barbosa de Paulo	_____
MONAPE	José Alberto Ribeiro de Lima	_____
TERRAMAR	René Scharer	_____
SINDPESCA/CONEPE	José Maria Veras	_____
SINDFRIO	Ausente	

1 (um) representante da cada entidade membro do CGSL

MODERADOR: Prof. Dr. Luis Parente Maia _____

Ouvintes:

CPP	Benimar de Oliveira Barbosa	_____
FEDERAÇÃO PESCADORES CEARÁ		
	Raimundo Felix Rocha	_____

PROPOSTA

A) O esforço de pesca foi calculado e dimensionado em 40 (quarenta) milhões de covos/ano e que considerava como aspectos principais o número de dias de cada pescaria. Considerando que o defeso da lagosta foi aumentado em 2 (dois) meses, o que significa uma redução significativa do esforço total o setor produtivo da lagosta acima identificado e presente na reunião decidiu por unanimidade que:

Qualquer aumento ou substituição de esforço de pesca, incluindo os 10 (dez) milhões de covos/ano discutido na última reunião do Comitê de Gestão do Uso Sustentável de Lagostas (CGSL) e outros covos resultando da cassação de permissões de pesca (infrações/não renovação) a alocação deverá ser de acordo com o esforço disponível (covos/ano) em proporção de 45% (quarenta e cinco por cento) para frota a vela e 55% (cinquenta e cinco por cento) para barcos motorizados. Com prioridade para barcos que foram indeferidos nas suas respectivas categorias em 2007 proporcionalmente ao número de permissões existentes por estado onde o esforço é disponível e no caso da realocação por estado onde foi cassada a licença. A definição dos critérios e prazos deverá ser construída dentro do CGSL.

Outras propostas para discussão do CGSL:

René Schärer pediu a palavra para apresentar as propostas de consenso do Instituto Terramar, CPP e MONAPE. Estas propostas são importantes para garantir a gestão da pesca da lagosta já que a proposta consensuado hoje, não resolve o problema grave da pesca. Os representantes do CNPA Abraão Lincoln (por motivos familiares) e José Maria Veras (por motivos de saúde) disseram que não podiam continuar na reunião (11:30 da manhã) para procurar consenso sobre as propostas. René insistiu que deveria ser continuado a reunião. Para resolver o impasse o José Alberto Ribeiro de Lima do MONAPE sugeriu que as propostas seriam enviadas por e-mail a todos os membros do CGSL e que cada entidade deveria comunicar o sua posição, e que os membros se devem reunir antes de iniciar a reunião do CGSL em Brasília (no mesmo local da reunião previsto para este mês. Todo mundo concordou e René ficou de encaminhar as propostas para todos os membros por e-mail, ainda perguntou se todo mundo concordava de divulgar as propostas, a resposta foi que sim.

Lista das propostas:

B) O Ministério de Pesca deverá cadastrar barcos ilegais para identificar o numero de barcos nesta situação e o numero de pescadores que precisam ser atendidos (incluindo os 9.500 já identificados). Para encontrar uma solução que garante o futuro da lagosta e a dignidade dos pescadores.

C) O Ministério de Pesca deve elaborar proposta para realocação dos barcos que não tem licença resolvendo o excesso de capacidade na pesca da lagosta, de acordo com C) acima. Consultar a FAO.

D) O Ministério de Pesca junto com outros ministérios elabora programa de apoio a pescadores que não pescam lagosta, por não terem direito ao seguro defeso com uma bolsa mensal durante um tempo de transição, outras possibilidade existem com a aposentadoria por tempo de serviço, por invalidez (mergulhadores) e programas de capacitação/profissionalizantes.

- E) Programa para aposentadoria por tempo de serviço para todos os pescadores no Brasil, afim de retirar pescadores das pescarias sobre-exploradas e incluir outros pescadores sem necessidade de aumentar barcos e esforço de pesca no futuro.
- F) Controle da frota licenciada na saída para o mar em 2009. Para ativar a permissão de pesca cada proprietário terá que apresentar o barco com os covos para a homologação do numero de covos e da malha. Barco pescando sem permissão ativada será considerado ilegal (nova legislação) e sujeito a retirada do mar sem indenização.
- G) O governo deve retirar a frota de barcos de compressor estimada em 1.000 barcos com um esforço de pesca estimado entre 200 e 400 milhões de covos/ano (Instituto Terramar), representando a principal ameaça para os estoques da lagosta.
- H) Barcos que deixam de pescar por falta de viabilidade econômica devem ter o direito de parar, sem prejuízo para renovação da permissão de pesca ou concessão do seguro defeso – regulamentação (limitado em tempo, até retirada da frota ilegal).
- I) Aplicação da IN do Ibama regulamentando o Decreto Lei 6.514, 22 de julho de 2008 para retirar barcos e veículos autuados da atividade (perdimento). Garantia de recursos para fiscalização (orçamento extra).
- J) Co-gestão da frota a vela na zona costeira através de Áreas Marinhas Protegidas (prioridade do Ministério do Meio Ambiente) e através de acordos de pesca local com participação dos governos municipais
- K) Redução do esforço com a substituição de barcos motorizados por barcos a vela tipo catamarã (menos esforço, melhor rentabilidade)
- L) Implantação do DOP já foi apresentado e aprovado? por consenso na reunião de 28/29 de abril 2009. Operacionalização em 2010 com projetos pilotos em 2009.
- M) O PREPS deve ser introduzido em 2010 para barcos de mais de 10 metros
- N) Estudo de mercado para a lagosta de menos de 14 cm para garantir a comercialização da lagosta legal e atingir um preço melhor neste mercado. Programa de marketing em parceria com as empresas de pesca.
- O) Apresentar da prestação de contas e avaliação do programa de compra de apetrechos de pesca em 2007 para o CGSL.
- P) Apresentar prestação de contas e avaliação do programa de fabricação de manzuã para o CGSL.
- Q) Esclarecer a concessão de 92 (de um total de 94) licenças para embarcações na Paraíba em 2008, para averiguar se foram obedecidos os critérios definidos pelo CGSL. Temos informações de fonte segura que donos de barcos de Icapuì, disseram ter conseguido permissão de pesca neste estado.

R) Estudar programa de controle e/ou redução de covos para diminuir o esforço de pesca (com controle rígido dos covos usando código de barra). Programa implantado na Florida comprovou que a redução dos covos por barco melhorou a renda da pescaria).

S) Proposta para SEAP reconhecer o direito e dar anuência ao Ministro de Trabalho para pagar o seguro defeso dos indeferidos de 2007 (Deputado Dedê Teixeira).

T) A Marinha do Brasil deve participar ativamente da retirada da frota ilegal de compressor do mar. O convenio entre Ibama e o 3º Distrito Naval em Natal não foi fechado por causa de uma pendência referente doação de óleo diesel da Petrobrás.

U) O Ministério do Meio Ambiente deve encomendar estudo com levantamento da quantidade de tambores e o impacto dos mesmos sobre a fauna e flora marinha, saúde pública e o esforço de pesca a fim de determinar as providencias respeito as maramabaias/atradores de lagosta.

V) Avaliar a redução da permissões de pesca para peixes ornamentais que no caso do Ceará aumentado de 6 para 17 barcos em pouco tempo e buscar métodos de coibir a pesca ilegal de lagosta.

W) Para execução eficiente do Plano de Ordenamento da Lagosta precisa de uma gestor (executivo) do plano com dedicação exclusiva.

X) O sub-comité do CGSL deve iniciar a coleta de dados para embasar estudos do estado de pescarias de peixe na zona costeira do nordeste, afim de orientar medidas precautorias em face da sobre exploração destes recursos com redes, viveiros e sobretudo compressores (visando a gestão ecossistêmica).

Y) O Ministério de Pesca e o CNPq deve garantir recursos para implementar o projeto de pesquisa e estudos contido no Projeto Lagosta do CEPENE.

Z) **ALTERNATIVA:** FECHAR A PESCA COMPLETAMENTE DURANTE 1 OU 2 ANOS